



COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS, PATRIMÓNIO, RECURSOS HUMANOS E DESCENTRALIZAÇÃO

PARECER

Relativo à Proposta n.º 226/2018 – Aprovar o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras do Município de Lisboa de 2017

I – NOTA INTRODUTÓRIA

Através da Proposta n.º226/2018 (adiante designada por proposta), subscrita pelo Vereador com o Pelouro das Finanças, João Paulo Saraiva, e aprovada por maioria pela Câmara Municipal de Lisboa na sua reunião de 26 de Abril de 2018, submete-se à Assembleia Municipal de Lisboa a apreciação do Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras do Município de Lisboa de 2017.

Tendo a Proposta sido remetida, pela Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, Helena Roseta, para a Comissão Permanente de Finanças, Património e Recursos Humanos, a fim de ser apreciada e, consequentemente emitido parecer, cumpre proceder à emissão do mesmo, em consonância com o preceituado no artigo 76.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa.

O relatório de gestão e as demonstrações financeiras do município de Lisboa foram aprovados pela Câmara Municipal de Lisboa até ao final do mês de Abril do corrente ano conforme determina a Lei nº 75/2013.

II – CONSIDERANDOS

2.1.) Enquadramento

Constituem atribuições da Assembleia Municipal de Lisboa apreciar e votar os documentos de prestação de contas, nos termos do artigo 24.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

Compete à Câmara Municipal de Lisboa elaborar e aprovar a norma de controlo interno, bem como o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais do município e respectiva avaliação e ainda os documentos de prestação de contas, a submeter à apreciação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea i) do nº 1 do artigo 33.º da lei 75/2013 de 12 de Setembro em conjugação com o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), nos termos do Decreto-Lei nº 54-A/99 de 22 de Fevereiro.

Nos termos do artigo 76º da Lei nº 73/2013, de 3 de Setembro, e de acordo com a alínea a) do nº 2 do artigo 25º da referida Lei nº 75/2013 compete à Assembleia Municipal acompanhar e fiscalizar a actividade da Câmara Municipal, dos serviços municipalizados, das empresas locais e de quaisquer outras entidades que integrem o perímetro da administração local.

A Câmara deve submeter também, nos termos do ponto 2.7.3 do Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro, à aprovação da Assembleia Municipal a aplicação do resultado líquido do exercício, com o valor de **82.929.775,38 euros** (oitenta e dois milhões, novecentos e vinte e nove mil, setecentos e setenta e cinco euros e trinta e oito cêntimos), sendo 5% daquele valor, **4.146.488,77 euros** (quatro milhões, cento e quarenta e seis mil, quatrocentos e oitenta e oito euros e setenta e sete cêntimos) para Reservas Legais, nos termos previstos no ponto 2.7.3.5 do POCAL e os remanescentes **78.783.286,61 euros** (setenta e oito milhões, setecentos e oitenta e três mil, duzentos e oitenta seis euros e sessenta e um cêntimos), para a conta de Resultados Transitados.

A Comissão Permanente de Finanças, Património e Recursos Humanos estabeleceu a metodologia para análise da presente proposta, tendo ocorrido a audição do Vereador da Câmara Municipal de Lisboa com o Pelouro das Finanças, João Paulo Saraiva a 23 de Abril de 2018. O Vereador fez-se acompanhar pelos responsáveis pelas empresas municipais e pela directora municipal de finanças.

12

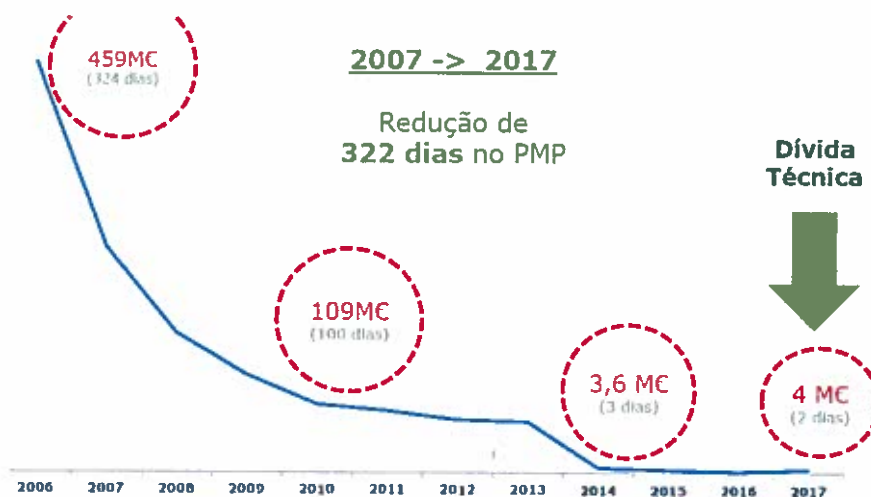
2.2.) Apreciação da presente proposta

2.2.1) Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras do Município de Lisboa de 2017

Numa análise global dos factos financeiros do município do ano 2017 verifica-se pelo Balanço e Demonstração de Resultados que o activo líquido municipal situa-se em 3.236,5 milhões de euros (incluindo Acréscimos e Diferimentos no total de 175,3 milhões de euros), representando um acréscimo de 82,5 milhões de euros face ao exercício anterior. Quanto ao passivo, apresenta em 2017 uma descida de 62,413 milhões de euros.

O esforço do município para a consolidação do passivo reflectiu-se na continuação da redução da dívida a fornecedores, bem como do prazo médio de pagamento, que foi de 2 dias em 2017, conforme evidenciado no quadro abaixo.

Gráfico 1- Dívida a fornecedores e prazo médio de pagamento¹



(*) Prazo Médio de Pagamento cf. fórmula legal / DGAL; fecho ano

A dívida legal continuou também a decrescer, situando-se nos 471,6 milhões de euros em 2017. Verificou-se, pela primeira vez desde a entrada em vigor da Lei nº 73/2013, de 3 de Setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades intermunicipais), que a dívida legal no final do exercício de 2017 foi inferior à média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores. De acordo com a lei nº 73/2013, o município continuou a apresentar em 2017 uma melhoria da margem de endividamento disponível, tendo sido de cerca de 57,1 milhões de euros.

¹ Anexo 1 (Apresentação PPT)

Quadro 1- Cumprimento da dívida Legal²

Unid: Milhares de Euros

Limite da Dívida Total	Início 2017	Fim 2017
(1) Limite da receita (a)	845 489	845 489
(2) Dívida total	559 841	471 611
(3) Margem absoluta = (1)-(2)	285 648	373 878
(4) Margem utilizável = (3) x 20%	57 130	74 776
(5) Limite global da dívida total para n = (2) + (4)	616 971	-
(6) Variação da dívida (Fim _n - Início _n)	-	-88 230
(7) Margem disponível por utilizar = (4) - (6)	-	145 360

^(a) Limite da Receita - 1,5 x média da receita corrente líquida cobrada últimos 3 anos

O Resultado Líquido do exercício foi de 82,9 milhões de euros, reflectindo um aumento de cerca de 24,9 milhões de euros em relação ao ano anterior, tendo os impostos locais contribuído de modo decisivo para o resultado obtido. Estes resultados resultaram da dinâmica económica da cidade, reflectida na expansão da receita fiscal associada aos imóveis, designadamente ao IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis) e IMT (Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis). A receita de 2017 atingiu cerca de 914,2 milhões de euros. A receita fiscal totalizou cerca de 460,6 milhões de euros, com forte predomínio do IMT e da Derrama, tendo estes impostos locais registado uma execução superior à estimativa.

Quadro 2 - Receita Fiscal³

Unid: milhares de Euros

Descrição	2014	2015	2016 (1)	2017				Tx. Exec. (4/1)	Tx. Cresc. (4/1) - 1
				Previsão (2)	Liquidação (3)	Cobrança (4)			
Impostos Diretos	313.026	365.899	378.026	342.594	472.434	460.644	134,5%	21,9%	
IMI/Contrib. Autárquica	111.383	115.984	114.149	109.507	119.002	118.153	107,9%	3,5%	
IMT/Sisa	123.302	174.516	178.205	159.706	235.999	225.212	141,0%	26,4%	
Imp. Único Circulação	18.731	17.928	18.179	17.952	19.584	19.431	108,2%	6,9%	
Derrama	59.611	57.471	67.484	55.424	97.830	97.830	176,5%	45,0%	
Outros	0	0	10	5	19	19	400,0%	100,0%	
Impostos Indiretos	0	0	0	0	0	0	-	-	
Total	313.026	365.899	378.026	342.594	472.434	460.644	134,5%	21,9%	

² Relatório de Gestão 2017, pp. 58

³ Relatório de Gestão 2017, pp. 99

As tarifas autónomas para os serviços de águas residuais e de resíduos urbanos e a Taxa Municipal Turística (TMT) geraram proveitos de 83,1 milhões de euros.

Relativamente aos custos, na sequência do Acórdão do Tribunal Constitucional nº 848/2017 sobre a Taxa Municipal de Protecção Civil, de 13 de dezembro, foi constituída uma provisão de 58,8 milhões de euros equivalentes ao valor cobrado entre 2015 e 2017.

Em 2017 o município continuou o ciclo de investimentos estruturante do programa LX XXI em três sectores fundamentais – Habitação, Regeneração urbana e Mudança Climática (Plano geral de Drenagem), assentes no financiamento obtido junto do Banco Europeu de Investimentos (BEI) e do Programa Europeu de Investimento Estratégico (Plano Junker). A execução no final de 2017 situou-se na ordem dos 205,6 milhões de euros, por relação com adjudicações efectivadas, com cerca de 92,3 milhões de euros facturados. O investimento nos túneis no âmbito do Plano de Drenagem é na ordem dos 106 milhões de euros. O valor total de investimento que já ultrapassou a fase de início de procedimento de contratação já totalizou 370,4 milhões de euros.

Habitação Social – 60,838 milhões de euros

Executados – 11,6 M€

1. Reabilitação de Fogos Municipais – **3,0 M€**
2. Reabilitação de bairros Municipais (GEBALIS) – **8,6 M€**

Em Execução – 28,0 M€

1. Bairro da Boavista – **6,9 M€**
2. Bairro Padre Cruz – **2,7 M€**
3. Reabilitação Fogos Municipais – **6,5 M€**
4. Reabilitação de Bairros Municipais – **11,9 M€**

Em Procedimento – 19,0 M€

1. Reabilitação Fogos Municipais – **5,6 M€**
2. Realojamento do Bairro da Cruz Vermelha – **11,6 M€**
3. Bairro Quinta do Cabrinha – **1,8 M€**

Regeneração Urbana – 184,496 milhões de euros

Executados

1. 2 Escolas e 2 Creches – **1,1 MC**
2. 64 Arruamentos Requalificados (480.000m²) – **11,6 MC**
3. Eixo Central + 12 Praças – **26,4 MC**
4. Estrutura verde – **4,2 MC**
5. 7 Parques de Estacionamento (1200 Lugares) – **1,8 MC**

Em Execução

1. 12 Escolas em Execução – **22,8 MC**
2. 8 Projetos de Centros de Saúde
3. Equipamentos Culturais – **10,7 MC**
4. Requalificação Arruamentos – **6,1 MC**
5. Estrutura Verde – **2,7 MC**

Em Procedimento

1. 7 Escolas e 1 Creche – **19,8 MC**
2. Requalificação Arruamentos – **7,4 MC**
3. Estrutura verde – **8,4 MC**

Plano de Drenagem – 125.094 milhões de euros

Executados

1. Estudos e Projetos dos Coletores Av. Berlim, Infante D. Henrique Av. Recíproca – **200 m€**
2. Estudos e Projetos Túneis Monsanto-Santa Apolónia e Chelas Beato – **580 m€**

Em Execução

1. Bacia de Retenção do Vale da Ameixoeira – **330 m€**
2. Estudos e Projetos Túneis Monsanto-Santa Apolónia e Chelas Beato – **600 m€**
3. Levantamento cadastral rede de saneamento da Cidade de Lisboa – **2,0 MC**

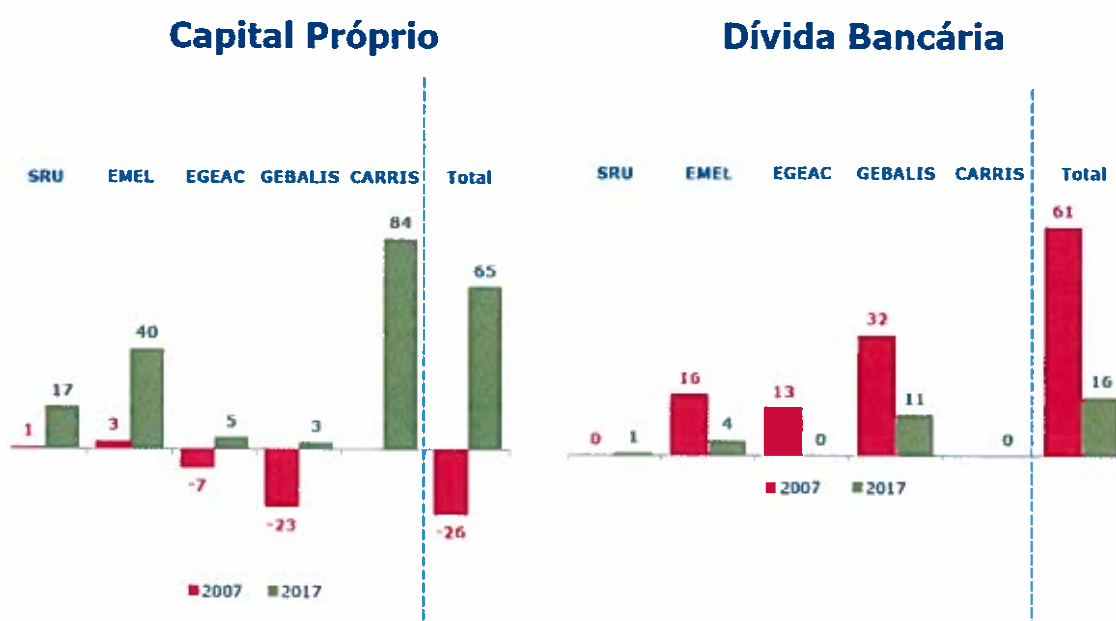
Em Procedimento

1. Túneis – **112,7 MC**
2. Gestão e Fiscalização Túneis – **3,4MC**
3. Coletores Av. Berlim, Infante D. Henrique Av. Recíproca – **3,2 MC**
4. Bacia Retenção Alto da Ajuda – **1,3 MC**

Handwritten signature

Todas as empresas municipais, incluindo a Carris, registaram resultados positivos e uma situação económica e financeira estável em 2017, com reforço de autonomia face às transferências do município, como foi a EGEAC ou dos níveis de actividade como foi o caso da EMEL, salientando também o início de um ciclo de investimentos da Carris em meios humanos e operacionais. Além disso, as empresas municipais têm seguido um percurso de contas certas, com consolidação dos passivos, optimização de processos e minoração dos encargos financeiros, conforme evidenciado no gráfico abaixo.

Quadro 3 - Empresas Municipais⁴



Quanto aos Recursos Humanos, em 2017 registou-se um aumento de 4,5% no mapa de pessoal, tendo sido abertos 19 procedimentos concursais, totalizando o município 8.023 trabalhadores, devido sobretudo à entrada de polícias municipais e á conclusão dos concursos externos para assistente operacional de cantoneiro de limpeza, coeiro e tratador e apanhador de animais.

2.3) Parecer do Revisor Oficial de Contas (ROC)

O parecer do Revisor Oficial de Contas sobre os documentos de prestação de contas do município de Lisboa relativos ao exercício de 2017 refere que tendo em conta as

⁴ Anexo 1 (Apresentação PPT)

conclusões constantes da Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria e a verificação do cumprimento dos normativos legais aplicáveis, os documentos do município relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2017, **estão em condições de ser aprovados pela Assembleia Municipal.**

O parecer refere que as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição do município em 31 de Dezembro de 2017, o seu desempenho financeiro e a execução orçamental referente à despesa paga e à receita cobrada de acordo com os princípios contabilísticos constantes do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais.

No parecer é também referido que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido verificadas incorrecções materiais.

2.4) Audição do Vereador com o Pelouro das Finanças

A audição do Vereador da Câmara Municipal de Lisboa com o Pelouro das Finanças, João Paulo Saraiva, ocorreu a 23 de Abril de 2018. O Vereador fez-se acompanhar pelos responsáveis pelas empresas municipais e pela directora municipal de finanças.

Foi realizada uma apresentação em PowerPoint relativas às Contas do município que é anexada ao parecer (Anexo I).

Após a apresentação das Contas pelo Vereador das Finanças foram colocadas algumas dúvidas, cujos esclarecimentos se enumeram abaixo.

- A retracção do Passivo foi de 62 milhões de euros, se não tivesse ocorrido a devolução da TMPC teria sido de 121 milhões; a TMPC impactou a variação da receita.
- O impacto da devolução da Taxa Municipal de Protecção Civil foi realizado com tranquilidade, pois o orçamento de 2018 estava preparado com as provisões necessárias;
- A Taxa Municipal de Protecção Civil tem impacto na margem de endividamento, mas é feita com a cobrança dos 3 últimos anos, sendo diluído o seu impacto no tempo.



- Do ponto de vista orçamental, as rendas diminuíram 98,3% na estrutura das receitas correntes, tendo em conta que em 2016 ocorreram operações extraordinárias nos terrenos, em que Câmara fez um encaixe pontual de 3,5 milhões de euros relacionados com direitos de superfícies (Centro Comercial Colombo e Parque Estacionamento da CUF Descobertas).

- Está em preparação um ajustamento ao Organograma do município, nomeadamente em matéria de mobilidade onde o município passou a ter competências reforçadas, na área do ambiente e nas áreas do espaço público e habitação, bem como do reforço da capacidade de resposta da área de urbanismo pelo aumento da carga de trabalho e das capacidades instaladas nas empresas municipais.

III – OPINIÃO DAS FORÇAS POLÍTICAS E DO RELATOR

3.1.) Opiniões expressas na Comissão

3.2.) Opinião do Relator

IV – CONCLUSÕES

Compete à Câmara Municipal de Lisboa elaborar e aprovar os documentos de prestação de contas, a submeter à apreciação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea i) do artigo 33.º da lei 75/2013 de 12 de Setembro em conjugação com o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), nos termos do Decreto-Lei nº 54-A/99 de 22 de Fevereiro.

A apreciação da Proposta cumpriu o prazo fixado pela Presidente da Assembleia Municipal ao abrigo do disposto no artigo 75.º do Regimento para a emissão de parecer.

Face a tudo quanto fica exposto, conclui-se que a Proposta está em condições de ser discutida e votada em plenário.

As forças políticas reservam para plenário o seu sentido de voto.

V – ANEXOS

Da presente proposta constam os seguintes anexos:

Anexo I do Parecer – Apresentação PPT: Relatório e Contas 2017

O presente parecer foi aprovado por maioria, com abstenção do PEV e do PAN, e o voto favorável das restantes forças políticas.

Lisboa, 9 de Maio de 2018

A Presidente da 1.ª Comissão,



Irene Lopes

O Deputado Relator



Hugo Lobo